

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.472.298 - SC (2019/0090620-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : UNITA VEICULOS LTDA
ADVOGADOS : MAURI NASCIMENTO - SC005938
VILMAR COSTA E OUTRO(S) - SC014256
FERNANDA GAIDZINSKI REMOR OLIVO RONSANI -
SC020898
RENATA FOGAÇA DE SOUZA - SC039297
AGRAVADO : ANTONIO CARLOS MENDES PEREIRA
ADVOGADOS : CARLOS EDUARDO LORENZI SANTOS E OUTRO(S) -
SC023235
RODRIGO LORENZI SANTOS - SC032013

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por UNITA VEICULOS LTDA, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de UNITA VEICULOS LTDA, a petição de recurso especial foi protocolada, na origem, sem a guia de recolhimento das custas devidas ao STJ, apesar de presente o comprovante de pagamento.

A propósito, este Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que os recursos interpostos para esta Corte Superior devem estar acompanhados das guias de recolhimento devidamente preenchidas, além dos respectivos comprovantes de pagamento, ambos de forma visível e legível, sob pena de deserção.

Nesse sentido, os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1132940/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 28/08/2018; AgInt no AREsp 1207816/SP, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/06/2018; e AgRg no AREsp 794.865/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de

08/08/2018.

Outrossim, a petição de agravo em recurso especial não está subscrita, o que torna o apelo inexistente.

O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que "é considerado inexistente o recurso dirigido a instância especial sem assinatura do signatário da petição" (AgInt no AREsp 1019050/RJ, Rel. Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 30/05/2018).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade no recolhimento do preparo bem como na assinatura da petição de agravo em recurso especial. A parte, embora regularmente intimada para sanar referidos vícios (fls. 191/192), ficou-se inerte (fl. 193). Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente regularizado e preparado, incidindo quanto ao preparo, na espécie, o disposto na Súmula n.º 187 deste Tribunal, o que leva à deserção do recurso.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente